

BANDEIRA NEGRA E CORPO NEGRO: Quatro Anarquistas Brasileiros e “de Cor” no Rio de Janeiro do Início do Século 20

BLACK FLAG AND BLACK BODY: Four Brazilian and “Colored” Anarchists in Rio de Janeiro at the Beginning of the 20th Century

Danilo Freire Rodrigues¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal abordar sobre a história de quatro anarquistas brasileiros e, racialmente, “de cor”. Através desses quatro exemplos biográficos, este trabalho demonstra que não foram apenas trabalhadores imigrantes europeus que estiveram presentes e atuantes nos movimentos revolucionários ligados à classe operária nacional: esses quatro brasileiros “de cor” – Eustáquio Marinho, Lima Barreto, Domingos Passos e Cândido Costa – foram militantes anarquistas a seu modo, seja através do movimento operário e sindical, seja através da difusão de ideais, críticas, livros, artigos, etc. Além disso, a história desses quatro libertários nos faz questionar a noção de “radicalidade” e ação revolucionária atribuída aos trabalhadores imigrantes europeus e de “passividade”, “aceitação” e “colaboração” atribuída à massa trabalhadora nacional.

Palavras-chave: Anarquismo, anarquismo negro, biografia, Primeira República.

Abstract: This article’s main objective is to rescue the story of four Brazilian anarchists and, racially, “colored”. Through these four biographical examples, this work demonstrates that it was not just European immigrant workers who were present and active in the revolutionary movements linked to the national working class: these four “colored” Brazilians – Eustáquio Marinho, Lima Barreto, Domingos Passos and Cândido Costa – they were anarchist militants in their own way, whether through the labor and union movement, or through the dissemination of ideals, criticisms, books, articles, etc. Furthermore, the story of these four libertarians makes us question the notion of “radicality” and revolutionary action attributed to European immigrant workers and of “passivity”, “acceptance” and “collaboration” attributed to the national working mass.

Keywords: Anarchism, black anarchism, biography, First Republic [of Brazil].

Queremos começar explicando as aspas contidas no título. Optamos por utilizar o termo “de cor” em vez de “negros”, por exemplo, por duas motivações. A primeira se deve ao fato de que uma das figuras que vamos tratar aqui, Domingos Passos, era provavelmente mestiço de negros e indígenas. Então, para registrarmos aqui essas duas origens étnico-raciais, optamos pelo termo “de cor”. A segunda motivação tem a ver com a própria história: um dos artigos presentes no número 4 do jornal *A Voz do Trabalhador*, de agosto de 1908¹, fala sobre “operários de côr”. O termo nos serve enquanto um termo da própria época que nos permite entender que pessoas “de côr” são pessoas não brancas.

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sob a orientação da profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão. Bolsista através de financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, pelos termos do EDITAL DE BOLSAS N° 08/2023 da FAPESQ-PB. Contato: danilofreirerodrigues01@gmail.com

Com isso explicado, vamos seguir. Este artigo foi desenvolvido durante a pesquisa para a escrita da nossa dissertação de mestrado (ainda em andamento), intitulada *Anarquismo, trabalho e raça: a questão racial no jornal A Voz do Trabalhador (1908-1915)*. Vale ressaltar que nossa pesquisa não é biográfica e também não utilizamos a abordagem da micro-história. Adiantamos essa particularidade e possível lacuna teórico-metodológica neste trabalho, pois em nossa pesquisa de mestrado buscamos operacionalizar conceitos e discussões da própria teoria anarquista – a partir de trabalhos como *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo*, de Felipe Corrêa (2015) e *Anarquismo e Revolução Negra*, de Lorenzo Kom'boa Ervin (2015).

De toda maneira, quando nos direcionamos à história do anarquismo e do movimento operário urbano da Primeira República, encontramos nomes como os de Edgard Leuenroth, Neno Vasco, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, Everardo Dias, José Oiticica, Isabel Cerruti, Maria Lacerda de Moura, João Penteado, entre outros, que são mais conhecidos. Nosso interesse aqui é justamente somar os nomes de militantes brasileiros e “de cor” a esse quadro de personalidades anarquistas. Objetivamos isso porque consideramos importante uma questão levantada pelos estudos decoloniais: faz parte do combate ao racismo a elucidação de ideias, pessoas e histórias de pessoas não brancas para que possamos questionar a universalidade do saber eurocêntrico (Costa, Torres, Grosfoguel, 2018; Moraes, 2020).

Nesse sentido, quando falamos da história do anarquismo no Brasil e do movimento operário urbano brasileiro da Primeira República, duas coisas podem ser comuns: (1) nos lembrarmos quase que imediatamente dos imigrantes, especialmente dos italianos e de sua atividade no meio operário, sindical e socialista; e (2) associarmos a radicalidade ao militante europeu e certa passividade ao trabalhador brasileiro.

Sobre o primeiro ponto, vale ressaltar que o nosso trabalho não tem o menor interesse em negar a atuação e importância de trabalhadoras/es e militantes europeus que imigraram para o Brasil e “trouxeram”² o socialismo e anarquismo. Mas devemos lembrar que a grande maioria das/os imigrantes, assim como as/os trabalhadores brasileiros que se tornaram socialistas conheceram essas ideias no Brasil.

Sobre o segundo ponto, também é comum que encontremos referências nas quais a trabalhadora e o trabalhador brasileiro são afirmados como passivos, moderados ou abertos a práticas paternalistas³. Sabemos que isso é fruto de afirmações

estratégicas das classes dominantes da Primeira República do Brasil que atribuíam a culpa pela “desordem” aos “indesejáveis” imigrantes, principalmente anarquistas, na tentativa de cooptar as massas que se envolviam com o movimento sindical. Esse é tipo de afirmação pode ser encontrada em textos como aqueles encontrados no volume 8 das *Obras Seletas* de figuras como o jurista e ex ministro Rui Barbosa, em leis de combate ao anarquismo – que chegaram a ter influência da antropologia criminal de Cesare Lombroso (Benevides, 2016; 2017) –, assim como em falas de representantes políticos do Estado, industriais e lideranças do sindicalismo reformista de colaboração ou corporativista – casos já abordados por autores como Cláudio Batalha (2000) e Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall (1979; 1981).

Dessa maneira, discutir os nomes dos anarquistas Eustáquio Pereira Marinho, Lima Barreto, Cândido Costa e Domingos Passos é uma forma de contribuímos com o conhecimento histórico acerca do movimento operário urbano brasileiro e da história do anarquismo no Brasil a partir de quatro militantes operários anarquistas importantes que não eram nem brancos e nem imigrantes. Isso também nos ajuda a questionar a “passividade” atribuída ao militante brasileiro.

Eustáquio Pereira Marinho

As informações que seguirão sobre o anarquista baiano Eustáquio Pereira Marinho foram todas retiradas dos artigos do professor e pesquisador Luciano de Moura Guimarães (2018; 2020; 2020; 2022).

Eustáquio foi um ativista sindical e anarquista que atuou no movimento operário urbano da Primeira República. Sua militância ocorreu tanto no Rio de Janeiro, quanto na Bahia. Um registro civil de casamento no Rio de Janeiro, de 1911, revela que Eustáquio era negro e baiano, tendo casado-se com Julieta Antônia Soares, também negra, empregada doméstica. Em algum momento, Eustáquio serviu à Marinha de Guerra brasileira como foguista – profissional que operava, regulava e vigiava máquinas a vapor que funcionavam através de aquecimento pela queima de carvão. Enquanto ex- marinheiro, Eustáquio participou da Revolta da Chibata, em 1910. Provavelmente expulso da Marinha, ele se tornou operário urbano ligado à construção civil.

Em um texto escrito para o jornal *Spártacus*, de novembro de 1919, Eustáquio revelou que se converteu ao ideal libertário teve curiosidade em entender as motivações e a insistência do governo brasileiro em expulsar aqueles militantes

operários tão indesejáveis: foi assim que ele se interessou em saber quem eram os anarquistas. Partindo dessa curiosidade, Eustáquio leu escritos de Sébastien Faure e Piotr Kropotkin e associou o ideal do socialismo libertário com o seu próprio interesse história, religião e astronomia. Após assumir e defender a doutrina anarquista, Eustáquio passou a não aceitar mais a exploração patronal, como “sem protesto os deuses no céu e os patrões na terra”.

As primeiras referências da atuação militante de Eustáquio Marinho são de 1918, momento em que participou da chamada “Insurreição Anarquista”, de 18 de novembro desse ano, na cidade do Rio de Janeiro, junto de outros militantes como José Oiticica, Agripino Nazareth, José Elias da Silva, Astrojildo Pereira e outros. Esse levante insurrecional, que começou a ser programado durante as greves de metalúrgicos, operários da construção civil, de pedreiras e da indústria têxtil, foi impedido antes mesmo de se concretizar, pois havia um tenente do Exército brasileiro infiltrado entre o grupo de insurretos. Com a delação do militar, as forças policiais do então distrito federal efetuaram a prisão de centenas de militantes nacionais e a expulsão de imigrantes, assim como o fechamento das associações operárias envolvidas nas greves.

Devido à “Insurreição Anarquista” de 1918, Eustáquio Marinho teve que fugir. Entretanto, no dia 2 de janeiro de 1919, ele foi preso no bairro de Copacabana – onde, no momento, trabalhava como chefe de usina de energia (eletricista) na Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company (ou Companhia Light). Quando foi preso, assumiu suas ideias libertárias e confessou ser “francamente anarquista” durante o interrogatório na delegacia. Mesmo sem a certeza da responsabilidade dele nesse levante insurrecional, Eustáquio Marinho foi considerado pela polícia como alguém perigoso e ela afirmou ter provas testemunhais de sua participação, o definindo como um “elemento dissolvente no seio da classe trabalhadora”. Isso lhe rendeu a acusação de tentar mudar a forma de governo por meios violentos.

Eustáquio Marinho foi levado à Casa de Detenção no dia 4 de janeiro de 1919, onde ficou até o dia 24 de março do mesmo ano. A ficha de ocorrência policial dele assinalava que era natural da Bahia, negro, eletricista por profissão e tinha 37 anos – o que torna, provavelmente, o ano de 1881 o de seu nascimento.

Nesse fim da década de 1910, Eustáquio Marinho esteve filiado à União Geral dos Metalúrgicos (UGM), do Rio de Janeiro (então capital federal), sindicato no qual trabalhou na comissão fiscal e como primeiro secretário. Enquanto esteve preso, assinou uma petição em abaixo-assinado que incentivava os seus “camaradas”

metalúrgicos a prosseguirem com as greves e mobilizações. Quando foi solto da prisão e saiu da Casa de Detenção, relatou, através do periódico *A Razão*, que sua prisão tinha sido motivada por imposições da Companhia Light, empresa da qual seus administradores expressavam o descontentamento em relação a atuação de Eustáquio enquanto “entusiasta” e propagandista de associação de classe.

Como não apenas ele tinha sido preso, mas também outros ativistas e colegas de profissão devido às greves, Eustáquio continuou sua militância operária através da UGM, reivindicando a libertação de outros metalúrgicos que haviam sido presos no mesmo período. Nesse momento, ele tanto escreveu textos em nome da UGM, como redigiu artigos em colaboração com o jornal anarquista *Spártacus*, ainda em 1919. Em seus escritos, Eustáquio deixava evidente a sua posição em relação à tendência que o sindicato deveria seguir: de resistência (ou sindicalismo revolucionário); além disso, se posicionava contrário à expulsão dos trabalhadores estrangeiros acusados pelo governo federal de serem anarquistas.

Sobre a “Insurreição Anarquista de 1918”, Eustáquio terminou sendo inocentado por falta de provas condenatórias. Quando foi solto, voltou para Salvador, na Bahia, provavelmente pela ação repressiva do governo em direção aos anarquistas e militantes operários do Rio de Janeiro. Em 1920, assinou um artigo no jornal *Germinal*, no qual defendeu a revolução social como o meio necessário para realizar a emancipação dos trabalhadores/as. Não apenas isso, também foi um dos oradores na celebração e passeata do Primeiro de Maio em Salvador, no ano de 1920, pronunciando seus “discursos francamente anarquistas”.

Apesar da principal liderança da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) ter sido o advogado socialista Agripino Nazareth (que se aproximou dos anarquistas até 1919, quando se assumiu como socialista coletivista), a militância anarquista na Bahia ficou conhecida e foi noticiada pela imprensa da região. Jornais de Salvador noticiaram a “pregação” dos “anarquistas recentemente chegados do Rio” de Janeiro “contra o clero, a burguesia, a imprensa e o governo”. Essas notícias criavam, em Salvador, o militante “indesejável” na figura do anarquista ou no mito do carioca radical:

Reativava-se, destarte, um artifício discursivo que representava o operariado baiano como dócil, produtivo, ordeiro e obediente e, em contraste, oferecia uma visão do trabalhador exógeno – no caso, proveniente da capital federal – como portador dos perniciosos vetores de subversão e insubmissão. Tal dispositivo encontrava paralelo no entendimento, então em voga em outras regiões do país, que elementos estrangeiros compunham a parcela vanguardeira

dos operários envolvidos em paredes.

Alimentava-se o mito do imigrante radical. Essa legenda baseava-se na ideia que a classe operária imigrante que chegou ao Brasil – vinda, principalmente, para os cafezais de São Paulo – possuía qualificação profissional e, por conseguinte, algum esclarecimento político. Já dispunha, outrossim, de experiência urbana e industrial, organizativa e de lutas. No entanto, como demonstrou Hall (1975), esse ponto de vista não parece ter fundamento na realidade. Em geral, os imigrantes italianos não eram os trabalhadores dissidentes e militantes que as classes dominantes afirmavam. Na verdade, ao contrário do que ainda correntemente se supõe, a grande maioria da força de trabalho proveniente da Europa era de origem rural, não era composta de artesãos radicais ou trabalhadores urbanos. Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma profunda experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. Havia divisões étnicas e nacionais entre os imigrantes, entre eles próprios e entre eles e os brasileiros. A desconcertante – mas ainda pouco difundida – conclusão de Hall é, pois, que o nascente operariado industrial de São Paulo, que tinha origem na imigração, contrariamente ao que propõe o mito do imigrante radical, cooperou no sentido de manter a classe operária ‘relativamente fraca e desorganizada’ (1975, p. 398).

[...]

Na falta de imigrantes na composição da classe operária local, seriam aqueles trabalhadores nacionais, chegados da capital da República, os responsáveis por desempenhar o papel de elemento exterior perturbador. Era a imagem da ‘planta exótica’ que sustentava esse tipo de argumentação. Segundo Fausto (1976, p. 62), as classes dominantes forjaram essa ‘imagem botânica’ para rotular as diversas correntes revolucionárias ‘que deitaram raízes’ no país, como por exemplo, o anarquismo, que era visto como uma doutrina europeia e característica dos países industrializados, imprópria, portanto, ao caso brasileiro.

[...]

Os estudos de Castellucci (2004) lançaram novas luzes – e sombras – sobre a questão, ao considerar que a disseminação do anarquismo no movimento operário da Bahia foi fruto da participação de dois delegados do SPCDC (Anibal Lopes Pinho e Gaudêncio José dos Santos), representando a FTB, no 3º Congresso Operário Brasileiro. Esse conclave foi dominado pelas correntes sindicalistas revolucionárias, daí a inferência deste pesquisador. (Guimarães, 2018, p. 8-10)

Em Salvador, Eustáquio se associou ao Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), em 1920 – isso porque ele continuou a trabalhar na construção civil. Ele talvez tenha sido o principal mentor desse sindicato entre 1921 e 1922 quando foi o secretário-geral da associação que, nesse período, atuou conforme o método e tendência do sindicalismo revolucionário, esta defendida pelos anarquistas organizacionistas⁴.

Algo bem interessante foi realizado pelo SPCDC através de Marinho como secretário-geral: entre outubro de 1920 e dezembro de 1922 esse sindicato passou a

publicar um jornal operário que foi chamado de *A Voz do Trabalhador*, mesmo nome do jornal da Confederação Operária Brasileira que funcionou entre 1908-1915, no Rio de Janeiro. Sobre o jornal *A Voz do Trabalhador*, do SPCDC, de Salvador:

Ativistas anarquistas de diversas regiões do país colaboravam com *A Voz do Trabalhador*. José Oiticica, Antônio Bernardo Canellas, Fernandes Varela e D. Fagundes foram alguns deles. Na biblioteca do SPCDC podia-se encontrar exemplares de jornais operários de diversos lugares do país e do mundo: *A Plebe*, de São Paulo; a revista *Movimento Comunista*, do Rio de Janeiro; *A Voz Operária*, de Sergipe; *A Hora Social*, de Pernambuco; *O Trabalho*, de Alagoas; *El Comunista*, da Itália; *Transporte Internacional*, da Holanda, dentre outros.

A Revolução Russa era vista como o grande paradigma de transformação social que poderia se repetir na Bahia, caso os operários se articulassem em sindicatos de resistência, por isso *A Voz do Trabalhador* preconizava a necessidade de organização proletária e anunciava ‘a vinda da Rússia à Bahia’. O jornal alertava os trabalhadores, em tom propagandístico, que era pela organização que as instituições da sociedade capitalista, como o clero, a burguesia e o Estado predominavam e oprimiam o trabalhador. Em vista disso, exortava: ‘pela organização haveis de vos erguer, vos revoltar e vos libertar. Pela organização vossos adversários’. (Guimarães, 2020, p. 10-11, grifos originais)

É interessante pensarmos também que defesa do sindicalismo revolucionário por Eustáquio influenciou na perspectiva e ações do SPCDC – ao menos, durante o período de 1920-1922:

É conveniente assinalar que o papel desempenhado por Eustáquio Marinho no processo de progressiva radicalização do SPCDC teve respaldo dos integrantes que permaneceram no sindicato. A formação identitária de Marinho, forjada na e pela militância, foi, portanto, ‘resultante do esforço de múltiplos sujeitos, e deve ser compreendida como experiência coletiva’, similar às experiências vivenciadas por outros militantes (PEREIRA, 2018, p. 122-123). Se não podemos afirmar que o conjunto dos membros daquele sindicato era composto de anarquistas, o método sindicalista revolucionário que sua comissão executiva – Marinho à frente – imprimia à entidade parece ter recebido o aval dos associados. A publicação de *A Voz do Trabalhador*, denota que o grêmio dos pedreiros e carpinteiros ainda contava com uma base de sócios comprometida, o que permitia lançar mão de recursos financeiros suficientes para encetar tal iniciativa [...]. (Guimarães, 2018, p. 19)

Estava no horizonte de defesas e de método de luta a longo prazo do sindicalismo revolucionário anarquista a fundação de escolas para realizar a instrução operária e de seus filhos/as. Eustáquio Marinho foi um dos militantes que pôs em prática essa proposta, inspirada também nos fundamentos da Escola Moderna, de Francisco Ferrer y Guardia: em fevereiro de 1921, fundou o Grupo Escolar Carlos

Dias – nome em homenagem a um militante anarquista que era preocupado com a instrução operária e que participou do levante insurrecional de 1918, no Rio de Janeiro. A ideia era que o sindicato realizasse as sessões para organizar, e o Grupo Escolar realizasse as aulas para instruir sua base na percepção de que eram os verdadeiros produtores da riqueza social e em busca da emancipação dos trabalhadores/as.

Um dos pontos característicos da militância de Eustáquio Marinho em Salvador, na Bahia, foi a sua preocupação com o fator racial relacionado à economia capitalista brasileira:

Um aspecto importante a se destacar é a preocupação de Eustáquio Marinho e do SPCDC em se comunicar com o conjunto da classe operária soteropolitana, marcada racialmente pela presença negra e afrodescendente. Uma vez que na Bahia o impacto da imigração foi insignificante e a mão de obra existente – basicamente negra e nacional – continuou, na I República, a ‘desempenhar as mesmas ocupações de épocas pretéritas’, os ex-cativos e seus descendentes não foram deslocados do mercado de trabalho pelos imigrantes europeus, como aconteceu em São Paulo, por exemplo. Assim, o legado do período escravista – podemos observar – incidia profundamente sobre a estrutura social soteropolitana, bem como caracterizava o perfil racial de sua classe trabalhadora, inclusive daqueles envolvidos nas atividades da construção civil. (Guimarães, 2020, p. 11-12)

A interpretação da realidade que Eustáquio Marinho apontava em seus textos no *A Voz do Trabalhador* interligava a escravidão negra com as condições de vida e de trabalho dos seus contemporâneos, o operariado subjugado na “escravidão moderna”:

Marinho opõe à apatia e inação que ele afirmava encontrar entre os trabalhadores da construção civil, aqueles que estavam sob o jugo da ‘escravidão moderna’, a iniciativa e espírito de luta de seus ‘pais amantíssimos’, que, segunda essa apropriação da memória da escravidão, obtiveram a liberdade com ‘esforços e sacrifícios’, para si e para sua prole. Se os operários da construção civil gozavam ‘de uma vida mais em desafogo’, isto se devia às ações de seus predecessores. Aos ‘escravos modernos’ caberia, portanto, fazer jus a esse legado e partir ‘esses grilhões’, que os impediam de usufruir de ‘uma vida melhor’. (Guimarães, 2020, p. 14)

Nas palavras do próprio Eustáquio Pereira Marinho:

[...] Por um decreto imperial foi teoricamente, abolida a escravidão no Brasil, porém, praticamente ela existe, tanto nas cidades, como nos campos.
[...] Os (troncos) os bacalhaus, etc. pelos engenhos do interior são provas frisantes dessa existência de outrora.

[...] Que o digam os camponeses; os trabalhadores [...] deram-lhe aparentemente a 'liberdade política', para que o Brasil pudesse se ombrear, sem desdouro, com as nações do Velho Mundo.

[...] A grande nódoa ficará na História dos Povos, para mostrar que homens 'civilizados' negociavam na venda de homens da mesma espécie como se fossem seus inferiores.

Neste século não satisfaz [...], a liberdade política sem a liberdade econômica, que é o fito dos escravos de hoje; sem o que não há liberdade possível.

É o 13 de maio dos trabalhadores do Brasil de Amanhã, que se há de repetir pela transformação social. (*A Voz do Trabalhador*, Salvador, 14 de maio de 1921. Citado por: Guimarães, 2020, p. 14-15)

O início dos últimos momentos da militância de Eustáquio Marinho na Bahia – até onde se manteve como anarquista – tem a data de 16 de novembro de 1922, quando assinou a autoria de um artigo em *A Voz do Trabalhador*, no qual discutia fatores que dificultavam a organização do operariado seteropolitano (de Salvador). Ele propôs que fossem formados sindicatos locais de resistência (seguindo da estratégia do sindicalismo revolucionário) para todas as profissões, a existência de uma federação de nível regional e a fundação de uma confederação nacional.

Após o artigo de 1922, Eustáquio Marinho volta a aparecer apenas em 1928, quando assinou uma moção em 1928, na cidade de Vitória, no Espírito Santo – o que indica mais uma migração feita por ele. Nessa moção, Eustáquio apoiou a candidatura dos representantes do Bloco Operário e Camponês (ligado ao Partido Comunista do Brasil, PCB) nas eleições no distrito federal. Eustáquio não foi uma exceção: dos nove fundadores do PCB, oito eram ex-anarquistas. Essa transição de anarquista para “comunista” bolchevista ocorreu na trajetória de diversos outros militantes no mundo e teve relação tanto com a perseguição estatal (internacional) aos anarquistas, quanto às notícias da Revolução Russa de 1917 – mas esse é um assunto para outra ocasião.

Por fim, as últimas notícias sobre Eustáquio Marinho:

Entre luzes e sombras, finalmente, suas breves referências biográficas são encerradas por Brandão (1978, p. 268), que atesta seu desaparecimento ‘obscuramente durante o governo Vargas’. (Guimarães, 2020, p. 121)

Lima Barreto

Começamos com um trecho do artigo escrito por Lima Barreto e publicado em 1913, no Rio de Janeiro, no jornal *A Voz do Trabalhador*, ligado à Confederação

Operária Brasileira:

As condições, portanto, da civilização do Brazil, quer as economicas, quer as morais, quer as de territorio justificam que haja quem dezinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista. Si a de lá, está arunchoza a de aqui tambem:: uma é tão antiga quanto a outra; e convém lembrar tambem que é inutil nesta questão indagar-se si se é ou não de tal paiz, quando os jornalistas não se indagam deles mesmos si são ou não brasileiros, para se fazerem pinheiristas ou dantistas.

Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do jenero humano para o jenero humano, e não em nome de pequenas competencias de personalidades políticas; e si ha muitos que o são por ignorancia ou snobismo, consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos dezinteressados, porque não uzam daquelas ignorancias nem daqueles 'snobismos' que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burguezes. Sentimos que o jornalista se haja ememperrado no rejimen capitalista, mas esperrado no rejimen capitalistas, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, ha de haver ocaziões em que pergunte a si para si: é justo que o esforço de tantos seculos, que a intelijencia de tantas jerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa mizeria, nesse oprobio que anda por aí? É justo? (CAMINHA, Izaias. Palavras de um 'snob' anarquista. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 31, p. 3, 15 de maio de 1913, texto original)

O texto acima foi assinado com o pseudônimo de “Izaias Caminha” (Bezerra, 2010, p. 22-23), mesmo nome que Lima Barreto deu para a personagem principal de seu livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado originalmente em 1909. O autor também é conhecido pelas obras *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos*, *Numa e a Ninfa*, *Os Bruzundangas*, entre outras produções de variados gêneros literários como romances, contos, novelas, crônicas, artigos, memórias, críticas e teatro. Sobre o artigo acima, intitulado *Palavras de um 'snob' anarquista*:

Dois aspectos devem ser sublinhados: a autointitulação do escritor como anarquista no título e a perspectiva analítica social muito próxima da imprensa operária e das organizações e ligas libertárias da Capital. A crônica, que posteriormente seria incluída no livro *Feiras e Mafuás* (1956), fazia uma referência direta às comemorações, em 1913, do Dia do Trabalhador, apontando as similitudes históricas e a continuidade dos vícios políticos europeus em nossas instituições. No mais, apontava os limites de uma reforma social reduzida a uma questão salarial e a campanha oportunista dos grandes jornais da Capital que não reconheciam as lutas anarquistas. (Arantes, 2022, p. 93)

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881⁵ e morreu

em 1922, no Rio de Janeiro. Era nego de uma escrava liberta, filho de uma negra (mulata⁶) que era professora (Dona Amália Augusta) e de um branco (português) que trabalhava como tipógrafo (João Henriques de Lima Barreto).

Lima Barreto era contrário à literatura de moldes parnasianos, pois entendia que não havia sentido nesse tipo de produção já que ela ficava restrita a um número muito pequeno de pessoas privilegiadas e defensoras soberbas da formalidade, o que estava muito distante das necessidades reais da sociedade e das pessoas comuns. É por isso que seus escritos possuíam certa linguagem coloquial, um conteúdo predominantemente social e um caráter acidamente crítico. Mesmo hoje sendo considerado um dos maiores romancistas brasileiros, Lima foi lido negativamente pela imprensa capitalista ou grande imprensa, e também foi ignorado em seu meio – jornalístico e literário – tendo em vista que era negro (mulato), de origem pobre e boêmio. (Bezerra, 2010, p. 10-11)

Lima Barreto teve fortes influências anarquistas durante a sua vida e devido à própria realidade social da Primeira República – que teve a militância anarquista preponderante na liderança e coordenação do movimento operário urbano brasileiro.⁷⁸

Nesse sentido, num contexto de efervescência política e ideológica,

[...] e influenciado por autores como Dostoiévski e Tolstói (este considerado pela crítica mundial como o maior dos escritores anarquistas), Lima Barreto assume um papel de destaque nas letras brasileiras. Inclusive foi apontado por alguns críticos como Francisco Foot Hardman, Antonio Arnoni Prado e por seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, como um escritor voltado para os ideais anarquistas. Essas ideias não aparecem somente em sua ficção mas, sobretudo, em suas crônicas escritas para os jornais da imprensa libertária brasileira, como *A Lanterna*, *O Suburbano*, *Tagarela*, *O Diabo*, *Gazeta da Tarde* e *A Voz do Trabalhador*, este último, órgão da Confederação Operário Brasileira. (Bezerra, 2010, p. 12)

Não podemos deixar de dizer também que tanto o anarquismo quanto as ideias do socialismo em geral (seja o autoritário, seja o libertário) se espalhavam no Brasil por meio da imprensa operária, por exemplo. Lima Barreto foi um escritor que viveu nesse período “inicial” do movimento operário e da difusão do anarquismo – apesar dele ter lido clássicos do socialismo/comunismo libertário como Kropotkin, Élisée Reclus e Tolstói (Bezerra, 2010, p. 24). No caso de Lima, ele teve acesso ao anarquismo através da imprensa anarquista e de amigos libertários (Arantes, 2022, p. 94). Isso precisa ser dito porque, como já afirmamos, o período é marcado por

algumas confusões de termos e isso esteve presente na trajetória de Lima Barreto em relação ao uso dos termos “anarquismo” e “maximalismo” – o que não retira a ligação e simpatia do literato com o anarquismo⁹ e nem o coloca em proximidade com o bolchevismo¹⁰.

É, portanto, seguro afirmarmos que Lima Barreto sempre alimentou e difundiu ideias, princípios e sentimentos anarquistas, apesar de nunca ter sido um militante operário anarquista, mas sim um tipo de militante no campo das letras e da ideologia. (Bezerra, 2010, p. 20, 23, 48, 76, 79, 86, 121; Araújo & Oliveira, 2013, p. 22; Arantes, 2022, p. 117)

Desde muito cedo Lima Barreto se interessou pela questão racial e isso ficou exposto em diversas de suas obras:

Lima Barreto interessou-se pelas temáticas raciais por muito tempo, e a ela consagrou diversas obras. Na sua juventude, escreveu sobre a necessidade de se preservar a memória dos povos negros no Brasil, revelando estar consciente sobre o seu papel como escritor e o seu compromisso literário no resgate histórico dos povos negros.

O anarquismo de Lima Barreto confunde-se com a história de uma literatura negra produzida no Brasil no período pós-abolição, numa referência direta à produção literária dos escritores negros que publicaram obras literárias nos anos que procederam ao abolicionismo. É um anarquismo atravessado por uma memória racial fincada no ambiente, nos gestos, na música, no corpo, nas cores, na fala, no trabalho, e que nunca deixou esmorecer as aviltações, privações e violência dos seus descendentes. Em suas crônicas e contos, o escritor revolve a sua infância pobre e os preconceitos raciais sofridos, projetando uma perspectiva negra de revolta contra as injustiças sociais. Nesses ambientes, movem-se os seus personagens, escorando-se em muitas teorias raciais europeias, mas é na literatura que funda um marco divisório do seu discurso negro. (Arantes, 2022, p. 106)

Lima Barreto pode ser considerado o primeiro escritor e literato brasileiro a abordar a questão racial de forma tão direta e crua, assim como o primeiro a se reconhecer e se pronunciar diretamente como um literato negro. Ele escreveu sobre o racismo:

[...] não mais na ambiência da violência escravista monárquica, mas em tempos marcados pelo anarquismo nos movimentos operários, políticas imigrantistas, carestia social e uma república autoritária, que assistia ao crescimento das cidades, das indústrias e dos movimento sociais do período pós-abolição. (Arantes, 2022, p. 107)

Também tratou sobre a escravidão negra e a “escravidão moderna”:

Pode-se dizer que a literatura limiana não retrata uma oposição entre negros e imigrantes, mas a posição de um escritor contra as desigualdades causadas pelo capitalismo e o desassossego com a questão social, a ponto de se declarar um inimigo irreconciliável do capitalismo. ‘Nunca os negros aceitaram a escravidão, apesar de ser instituição legal e penal entre eles, com a docilidade que lhe parece. Aceitavam como os atuais operários recebem sua escravidão econômica, o salariado, isto é, com contínuas revoltas’ (Barreto, 1956a, p. 258). (Arantes, 2022, p. 112)

Nesse sentido, o “anarquismo limiano” ou o pensamento libertário de Lima Barreto possuía uma vasta dimensão social e uma análise complexa de realidade que considerava diversas estruturas e relações de dominação da sociedade brasileira, ligadas às esferas da política, da economia e da cultura:

Como em tantos outros assuntos, Barreto percebeu que o racismo teria vida longa na 1ª República. O discurso racista estruturado no Estado foi uma das dimensões mais importantes das normalizações das diferenças raciais, adequando-se à ideia de branqueamento e às exigências das elites que ignoraram o racismo contra os negros e negras que alertavam para as barreiras intransponíveis no período pós-abolicionismo. O conjunto desses argumentos fez com que o escritor fosse além de uma visão racial, a ponto de perceber não apenas a exploração do proletário pobre, mas também do negro proletário. Barreto, assim, jogava gasolina sobre as fraturas expostas da República que se autoproclamava branca e miscigenada, e exigiria uma segunda libertação dos escravos. [...] (Arantes, 2022, p. 118)

Lima Barreto possuiu (e ainda possui) uma importância de grande relevância para o pensamento libertário nacional. Ele terminou exercendo sua influência no próprio pensamento anarquista brasileiro através, por exemplo, de sua crítica ao racismo:

Se, de um lado, o anarquismo foi fruto das crises iniciais do capitalismo e da questão social originada pelas contradições sociais que ampliariam a miséria dos trabalhadores; deve-se, por outro lado, ressaltar um fator não menos importante: o problema do racismo e da escravidão prepararam o terreno para o crescimento do capitalismo que avançava com a prática do racismo e da opressão, facilitando altos níveis de exploração. Treze anos após a morte de Lima Barreto, Edgar Rodrigues escreveria o compromisso do anarquismo contra o racismo. ‘Em nome de uma civilização branca e superior, esmaga-se um povo sob o fundamento de que ele é incapaz de se governar porque é bárbaro, de se dirigir porque é negro’ [...] (Arantes, 2022, p. 108)

Apesar da genialidade e do potencial de Lima, a vida dele foi bem conturbada. A mãe de Lima morreu vitimada pela tuberculose quando ele tinha apenas entre 6 e 7

anos (Araújo & Oliveira, 2013, p. 17). Os anos de 1919 a 1922 foram os de sua maior atuação literária e, conseqüentemente, de propagação de princípios anarquistas. Ao mesmo tempo, ele enfrentou problemas financeiros, familiares e de saúde – devido ao alcoolismo. O seguinte trecho nos traz, em resumo, os momentos finais de Lima Barreto:

Além de *Recordações...* Lima escreveu simultaneamente *Morte de*

M.J. Gonzaga de Sá e logo adiante sua mais famosa obra *O triste fim de Policarpo Quaresma*, segundo o documentário da *TV Escola Lima Barreto – Vida e obra*, só a partir de seus escritos é que a figura do pobre e do suburbano passa a existir no espaço elegante e nobre da literatura. Nas suas obras ele retrata temas como, preconceito, discriminação das mulheres, ecologia, desfiguração da paisagem, mostrando-se um escritor à frente do seu tempo, de modo que nos dias atuais podemos verificar facilmente a atualidade de suas obras.

Em 1911 seus três principais livros já estão publicados, os problemas com a bebida aumentam e assim pode-se traçar o começo de um declínio na sua produção literária.

[...]

O uso exagerado da bebida matou Lima lentamente, passava dias nas ruas, não se alimentava, não tardou a começar a apresentar sinais físicos de seus abusos. (BARBOSA, 2002). Em 1914 ocorre sua primeira internação num hospício por causa de alucinações derivadas do excesso de bebidas.

Por volta de 1917 passa a contribuir mais ainda com o movimento anarquista, seus pensamentos libertários se expandiam, saíam cada vez mais da obra literária e ‘embora sem participar da ação direta, dá ao movimento, que cresce a olhos vistos, o melhor do seu esforço de escritor e jornalista’ (BARBOSA, 2002, p. 268), o medo de perder seu emprego público não o atormenta mais, seus irmãos já eram adultos e trabalhavam tendo possibilidades de participar do custeio da casa e cuidar também de seu pai, há tempos, entregue a loucura. Assim, seus anseios de participar da luta social cresceram. Passa a denunciar tudo ferozmente, contribui ainda mais para a imprensa anarquista. Através desse sentimento de liberdade que o toma entrega-se cada vez mais a bebida, é internado novamente em 1919, continua contribuindo com a imprensa operária e devido a suas insanidades, é aposentado do serviço público.

[...]

Lima Barreto foi vencido pelo alcoolismo e conseqüentemente pela doença, passou seus últimos momentos em casa, recluso [...]. Morreu em 1º de novembro de 1922 no seu quarto em meio aos seus livros e suas últimas palavras foram perguntar se seu pai estava bem, estava sentado abraçado a uma revista francesa. Seu velório foi disputado por ‘gente desconhecida dos subúrbios. Amigos humildes.’ (BARBOSA, 2002 p. 358)” (Araújo & Oliveira, 2013, p. 18-19)

Domingos Passos foi um militante anarquista carioca que teve atuação forte no movimento operário urbano do Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920. Ele era um homem negro (mestiço¹¹), carpinteiro e sindicalista atuante na área da construção civil. Não se sabe exatamente quando nasceu e nem quando morreu. Tinha como característica notável “seu incansável autodidatismo, sua sede pela instrução e pela cultura, o que fazia varar as madrugadas devorando os livros da pequena biblioteca de Florentino de Carvalho” (Ramos & Samis, 2009, p. 4). Além disso:

[...] Segundo Pedro Catallo, Passos era “dono de uma oratória suave, envolvente e agressiva o mesmo tempo, multiplicava a afluência aos comícios, desejosa de ouvi-lo falar. Depois, raramente chegava ao seu domicílio porque a polícia cercava-o no caminho e levava-o para o xadrez, onde repousava de quinze a trinta dias por vez”. (Ramos & Samis, 2009, p. 6)

Assim como José Oiticica, Carlos Dias e Fábio Luz, Domingos Passos era frequentemente convidado para conferências nas sedes sindicais. Também participava ativamente dos festivais operários, atuando nas peças teatrais organizadas pelo Grupo Renovação, declamando e palestrando sobre temas sociais. Certamente, foram esses festivais alguns dos poucos momentos de lazer que Passos usufruiu em sua vida de rapaz trabalhador e ativista sindical. (Ramos & Samis, 2009, p. 7)

Sua trajetória de militância operária e anarquista foi marcada por intensa movimentação, migração entre cidades/estados e prisão. Ganhou o apelido de “Bakunin Brasileiro” por seus próprios contemporâneos, isso porque ele se entregou e defendeu a causa anarquista de tal forma que, infelizmente, sofreu duras perseguições e violências pelo Estado brasileiro: passou muito tempo nas prisões e selvas tropicais (na famosa Clevelândia, em Oiapoque).¹²

A trajetória militante de Domingos Passos esteve ligada, em grande parte, à organização de classe da categoria que ele pertencia, a dos operários urbanos da construção civil do Rio de Janeiro. Essa organização era a União dos Operários em Construção Civil (UOCC) – antiga União Geral da Construção Civil (UGCC) fundada definitivamente em abril 1917. A UGCC contribuiu com a extensão do movimento da grande greve geral de 1917 que iniciou em São Paulo, mas que se expandiu para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil. A UGCC/UOCC contava com militantes anarquistas em seu interior e esteve presente em diversas manifestações contrárias à carestia de vida, em defesa de melhorias para a categoria e, até mesmo, na tentativa de greve insurrecional (ligada ao levante insurrecional) do Rio, de 1918. A UOCC foi alvo de destruição de sede e assaltos de materiais pela

polícia a mando do governo e dos patrões. A primeira “aparição oficial” de Domingos Passos foi durante um período de forte repressão às associações de resistência¹³ do Rio de Janeiro, nos meses de setembro e outubro de 1919. Foi neste ano que Domingos foi eleito como secretário da UOCC – o que indica que provavelmente ele tinha uma trajetória de alguns meses na organização. Participou do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, em 1920, como delegado da UOCC. (Ramos & Samis, 2009, p. 4-6).

Após a chegada das primeiras notícias sobre o massacre de Kronstadt, de 1921, os/as anarquistas no Brasil foram perdendo suas simpatias e esperanças na Revolução Russa dos bolcheviques e sua repressão. Nesse contexto,

Em 16 março de 1922, nove dias antes da fundação do Partido Comunista, a UOCC publicou o documento Refutando as afirmações mentirozas do Grupo Comunista, declarando sua incompatibilidade com os ‘comunistas de estado’. Este importante manifesto certamente teve a participação de Domingos Passos. Este, como outros militantes da Construção Civil foram, por toda a década de 1920, os oponentes mais ferrenhos e intransigentes da doutrina bolchevista, encarnando a consciência crítica e, em determinados aspectos, punitiva, dos quadros comunistas. (Ramos & Samis, 2009, p. 6)

Por sua atividade (e, quem sabe, talvez por sua cor e nacionalidade brasileira?), Domingos Passos era continuamente perseguido pela polícia. Teve, então, que se afastar da Comissão Executiva da UOCC. Porém, após a saída, se dedicou em impulsionar organizações federativas – no Paraná, por exemplo – e em difundir a propaganda libertária. Domingos foi um dos principais articuladores que buscaram a refundar a Federação Operária do Rio de Janeiro – algo que só aconteceu em 1923, quando ele foi eleito para o Comitê Federal. (Ramos & Samis, 2009, p. 7).

Em 1924, como secretário adjunto da Federação Operária do Rio de Janeiro, Domingos Passos fez conexões entre militantes e organizações anarquistas nacionais e internacionais. Numa carta de Adolfo Marques da Costa, um dos líderes operários da construção civil do Rio de Janeiro, ao então secretário-geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (IWA-AIT, ou a Internacional Anarquista¹⁴), Abad de Santillán, o nome de Domingos Passos é citado como aquele que havia mostrado a carta de Abad que informava sobre o Segundo Congresso da AIT (Hall & Pinheiro, 1979, p. 275).

Já sabemos da perseguição constante a Domingos. Ele, e outros anarquistas, foram enviados para o “Inferno Verde”, onde ficaram presos, sofreram torturas e adoeceram. Sobre isso:

Em julho de 1924, todo esse afã organizacional foi ceifado pela repressão que se seguiu à nova revolta dos tenentes, agora em São Paulo. As sedes sindicais foram invadidas e fechadas, centenas de anarquistas encarcerados e muitos deles deportados, entre estes Marques da Costa e Antônio Vaz. Domingos Passos foi um dos primeiros a serem presos e, após 20 dias de sofrimentos na Polícia Central, foi recolhido ao navio-prisão Campos, fundeado na Baía de Guanabara. Sua permanência por 3 meses na embarcação caracterizou-se por momentos de profunda privação e constrangimento. Transferido para o navio Comandante Vasconcellos, enfrentou mais 22 dias de suplícios junto a outras centenas de cativos (anarquistas, soldados e sub-oficiais sediciosos, ladrões, malandros, cáftens, imigrantes pobres e mendigos), inaugurando em dezembro de 1924 a fase prisional da Colônia Agrícola de Clevelândia, o ‘Inferno Verde’ do Oiapoque, no atual Estado do Amapá. (Ramos & Samis, 2009, p.8)

Domingos Passos conseguiu fugir do “Inferno Verde” (ou “Sibéria Tropical”) para a comuna de Saint George de Oiapoque, na Guiana Francesa, após alguns meses de prisão. Após ser acolhido por um “criolo”, passou um tempo nessa comuna para tratar da febre e doença que adquiriu na selva da Clevelândia. Da Guiana Francesa, foi para Belém do Pará. Passou mais um tempo lá para ainda tratar de sua enfermidade e foi ajudado pelo proletariado organizado da região.

Entre 1923 e 1926 – durante um estado de sítio imposto pelo governo de Arthur Bernardes –, Domingos Passos tenta retornar ao Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Consegue voltar no início de 1927 e, ao chegar no Rio, retoma suas atividades no movimento operário urbano e sindical. Na verdade, Domingos Passos, além de ter sido um dos poucos militantes operários a sobreviver e fugir da Clevelândia, foi também uma das figuras mais importantes do anarquismo da década de 1920, pois buscou reorganizá-lo no meio sindical mesmo num contexto de intensa repressão ao movimento operário e de perseguição ao anarquismo (nota de rodapé número 15. *In*: Loner, 2011, p. 200). Mesmo doente, com sequelas do impaludismo contraído no “Inferno Verde”:

[...] mudou-se para São Paulo, onde atuou na reorganização da Federação Operária local (FOSP) e na articulação do Comitê de Agitação Pró-Liberdade de Sacco e Vanzetti, criado no início de 1926, tendo ainda participado do 4o Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre. (Ramos & Samis, 2009, p. 8)

Quando chega ao Rio de Janeiro, Domingos Passos concede uma entrevista ao jornal *A Noite*, através da qual relata algumas situações que ocorriam no “Inferno Verde”, a Colônia Agrícola de Clevelândia:

Na edição do dia 7 de fevereiro de 1927, *O Combate* noticiou a chegada de 75 presidiários no Rio de Janeiro e publicou a entrevista concedida pelo ex-presidiário Augusto da Silva Ramalho, na qual afirma ainda desconhecer o motivo de sua prisão. O entrevistado narrou detalhadamente a situação do presídio e o tratamento que os prisioneiros receberam em Clevelândia. Segundo ele, assim que chegavam ao presídio, ‘recebiam ordens para trabalhar, sempre vigiados pela guarnição militar da colônia, que os maltratava à primeira fala’.

Em outra edição, do dia 23 de fevereiro de 1927, o mesmo jornal reproduziu a entrevista concedida pelo ex-presidiário anarquista Domingos Passos, ao jornal *A Noite*. Na entrevista, Passos diz que os presidiários sofriam constantes espancamentos desferidos por outros presidiários conhecidos como ‘coronel Bahia, Za-la-mort, Rio Grande e Padeirinho’ Esses indivíduos tinham autorização da administração do presídio para espancar os demais presos. O militante anarquista narra uma história de violência ocorrida contra um velho pedreiro, apelidado de ‘construtor’: ‘Estando em trabalho, ‘Constructor’, para aproveitar a massa que havia preparado, demorou-se um pouco mais a chegar para à refeição. Foi o quanto bastou para que o coronel Bahia lhe vibrasse violenta bofetada, arrancando-lhe um dente, do que resultou forte hemorragia’. Segundo Passos, o presidiário Antônio Salgado foi ‘posto a ferros’ por ter protestado contra o espancamento de ‘Constructor’.

Passos prossegue a entrevista afirmando que, mesmo doentes, todos os presidiários eram obrigados a cumprir longas jornadas de trabalhos pesados. Um dos maiores temores dos presos era adoecer e entrar no hospital ‘Simões Lopes’, localizado nas dependências do presídio, pois todos que entravam no hospital ‘dois ou tres dias depois na certa, estava sahindo, já cadáver...’

Os depoimentos dos presidiários não deixam dúvida sobre a violência desmedida que a administração do presídio praticava contra os presos. Ao que tudo indica, aquela prisão e o tratamento por ela oferecido eram exemplares contra os sujeitos e grupos políticos dissidentes, fossem eles militares ou civis. (Brito, 2010, p. 12)

Durante as manifestações em defesa dos militantes Sacco e Vanzetti, em 1927, Domingos Passos terminou sendo preso novamente “e levado à temida ‘Bastilha do Cambucí’, onde permaneceu por 40 dias sujeito à toda sorte de maus tratos. Solto, saiu de São Paulo em direção ao Sul do país” (Ramos & Samis, 2009, p. 8).

Durante suas últimas atividades no movimento operário urbano e sindical, nos fins de 1927 e início de 1928, Domingos Passos esteve presente na organização e nas atividades do Quarto Congresso Operário gaúcho, ou Quarto Congresso Operário do Rio Grande do Sul, realizado na cidade de Pelotas, em janeiro de 1928. Lá, Domingos Passos defendeu a tendência do sindicalismo revolucionário e atentou os demais que, distantes dessa estratégia, se abriria o caminho para a possível tomada dos sindicatos pelos “inimigos” – os quais podiam ser aqueles defensores do sindicalismo que desejava ter representantes ocupando cargos estatais, sejam os

“comunistas” bolchevistas, sejam os “amarelos” ou colaboracionistas. (Loner, 2011, p. 195-197)

De toda forma, após o congresso operário gaúcho de janeiro, Domingos Passos voltou a São Paulo. Em fevereiro foi novamente preso. Esses foram os últimos momentos dele na militância operária urbana e anarquista. O trecho a seguir nos informa sobre esses momentos finais:

[...] perseguido em todos os cantos, conseguindo chegar a Pelotas, onde foi preso e embarcado à força em um navio para Santos. Ao chegar nessa cidade, conseguiu fugir e voltar a São Paulo, vivendo oculto por algum tempo até que, em fevereiro de 1928, foi preso juntamente com o operário sapateiro Affonso Festa. Segundo Pedro Catallo, por ordem do delegado Hibraim Nobre, Passos foi deixado incomunicável por mais de três meses em um cubículo de 2 m² da ‘Bastilha do Cambuci’, escuro e sem janelas, recebendo alimentação apenas uma vez por dia. Ao ser retirado da cela imunda, tinha o corpo coberto de feridas e vestia apenas trapos. Foi embarcado em um trem e enviado para morrer nas matas da região de Sengés, no interior ainda selvagem do Estado do Paraná. Algum tempo depois, conseguiu abrigo neste povoado e pôde escrever para os camaradas de São Paulo solicitando dinheiro, que foi-lhe levado em mãos por um emissário. Aí terminou a trajetória conhecida deste que foi um dos mais influentes e respeitados ativistas do anarquismo e do sindicalismo revolucionário de seu tempo. Nunca mais se teve qualquer notícia dele, apenas boatos esporádicos e nunca confirmados. (Ramos & Samis, 2009, p. 8-9)

Cândido Costa

Até o momento não conseguimos informações sobre data de nascimento e morte de Cândido Costa – mais detalhes sobre a sua história, inclusive, estão por serem pesquisadas. Nesse sentido, nos ateremos aqui a falar sobre os registros de sua militância anarquista e no movimento operário urbano que temos até agora. O que sabemos é que ele era negro – portanto, bem provavelmente brasileiro.

O primeiro registro que encontramos sobre Cândido Costa está relacionado ao Primeiro Congresso Operário Brasileiro (Hall & Pinheiro, 1979, p. 44), realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro, organizado pela Federação Operária Regional Brasileira (FORJ). A partir do registro do jornal (grande imprensa ou imprensa comercial) *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, publicado em 17 de abril de 1906, encontramos a participação de Cândido Costa nos debates do Congresso. No caso, ele representava a Liga dos Artistas Alfaiates e, sobre a orientação dos sindicatos, defendeu a finalidade de resistência em conjunto com subsídios financeiros e de ajuda mútua entre os sindicalizados/as. (Knevez, 2020, p. 96)

Um outro registro, de 1911, que encontramos da atuação de Cândido Costa se encontra no livro *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*, do historiador e arquivista anarquista Edgar Rodrigues. A ocasião era da comemoração do segundo aniversário da morte do pedagogo libertário espanhol Francisco Ferrer y Guardia – que foi executado em 13 de outubro de 1909. Vários países vivenciaram manifestações em homenagem a Ferrer. Em 13 de outubro de 1911, os/as anarquistas no Brasil também organizaram suas homenagens nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. No distrito federal (Rio), dois comícios ocorreram, sendo o mais significativo o que foi realizado na sede da Liga Anticlerical. Neste comício, Cândido Costa foi um dos oradores a homenagear Ferrer. Uma nova homenagem a Ferrer y Guardia foi realizada em outubro de 1912, organizada pela Liga Anticlerical e pela Federação Operária do Rio de Janeiro, e novamente Cândido Costa esteve presente representando o Sindicato dos Carpinteiros, dessa vez no Teatro Carlos Gomes. (Rodrigues, 1992, p. 45-46)

O ano de 1913 foi de intensa movimentação operária e popular. As manifestações – ocorridas principalmente nas grandes cidades urbanizadas como São Paulo e Rio de Janeiro – ocorreram tanto por motivações ligadas às condições de trabalho do operariado urbano – como aumento de salários, diminuição das horas de trabalho para 8 horas, etc – quanto, principalmente, contra os altos preços dos gêneros de primeira necessidade, como os de alimentação. A movimentação dos sindicatos – principalmente os alinhados com o sindicalismo revolucionário – impulsionou os atos conhecidos como “contra a carestia da vida”. A Federação Operária do Rio de Janeiro organizou manifestações e comícios que contava com oradores como Cândido Costa. (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 26, 1913, p. 1)

Seus colegas o elogiavam e o reconheciam devido à sua competência com as palavras (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 30, 1913, p. 5). Cândido Costa esteve envolvido tanto com comícios abertos, quanto festas operárias organizadas para a arrecadação de fundos para as associações sindicais (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 34, 1913, p. 4; *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 37, 1913, p. 4). Nos comícios abertos, em praças ou outros locais, era possível que discussões mais severas ocorressem – e realmente um caso assim ocorreu: uma discussão se espalhou durante um comício-protesto contra ataques à classe trabalhadora de Portugal e Cândido Costa tomou a frente para contrariar os que tentaram “provocar desordens na ocasião” (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 36, 1913, p. 2). Ele,

como anarquista, fazia questão de atentar o operariado sobre os perigos de submeter a organização sindical ao Estado e às campanhas eleitoreiras – foi o que ocorreu no ainda em 1913, no 11º aniversário da Liga Federal dos Empregados em Padaria (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 38, 1913, p. 3).

Cândido Costa também esteve presente no Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado na sede da Confederação Operária Brasileira (rua dos Andradas, número 87, Rio de Janeiro), entre os dias 8 e 13 de setembro de 1913 (Hall & Pinheiro, 1979, p. 172-223). Na ocasião, Cândido foi delegado da Liga Operária Machadense, do município de Machado, de Minas Gerais. Nesse Segundo Congresso foi decidido se manter as resoluções de caráter sindicalista revolucionário – através da ação direta, do federalismo, da resistência ao capitalismo, da não defesa de partidos políticos estatais, do não estabelecimento de ideia política específica para que se agregasse o maior número de trabalhadores/as, etc – que foram aprovadas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, de 1906.

Ainda em 1913, no mês de outubro, novamente Cândido Costa esteve envolvido na organização das homenagens destinadas ao pedagogo libertário Ferrer y Guardia (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 41, 1913, p. 2). Em dezembro ele se movimentou junto com a Federação Operária do Rio de Janeiro na realização de um comício que propagava protestos contra a crise e as condições precárias de trabalho do operariado urbano carioca. Durante a realização do comício, ele foi um dos oradores com “discurso vibrante” (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 45, 1913, p. 2).

Em 1914, no 11º aniversário do Centro dos Operários Marmoristas, do Rio de Janeiro, Cândido Costa esteve presente e novamente fez um de seus discursos. Interessante que, nessa ocasião, ele foi como um representante do Centro de Estudos Sociais (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 60, 1914, p. 4). Isso nos dá mais noção do quanto Cândido Costa era tanto um anarquista com carga de leitura e conhecimento, quanto uma liderança operária bastante articulada e envolvida com diversar associações sindicais ou relacionadas com a “questão social”. No mesmo ano, ele esteve novamente presente nas manifestações e homenagens ao pedagogo Francisco Ferrer após 5 anos de seu fuzilamento (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 64, 1914, p. 2). Em 1915, Cândido Costa abriu um comício-protesto do Primeiro de Maio, em nome da Federação Operária do Rio de Janeiro (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 71, 1915, p. 1).

O registro cronologicamente último que encontramos (até este momento) sobre

Cândido Costa refere-se a dados sobre a criação de escolas libertárias (ou Escolas Modernas, como eram chamadas na época) e bibliotecas sociais em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, Sergipe, Ceará, etc (Rodrigues, 1992, pp. 84-92). Esse registro é um documento com os nomes das escolas e bibliotecas criadas. Nesse documento, Cândido Costa é citado como responsável por apresentar o debate sobre os “Objetivos Sociais” (provavelmente das organizações operárias) numa conferência, para os operários da construção civil do Rio de Janeiro, em 1922 (Rodrigues, 1992, p. 89).

Como vimos, Cândido Costa foi um homem negro, anarquista e militante sindical que teve forte e ativa participação no movimento operário urbano do Rio de Janeiro – ao menos entre 1906 e 1922 que foi o período que encontramos registros e trabalhos sobre ele. No entanto, é importante destacarmos uma situação infeliz ocorrida com Cândido que envolve o anarquismo, a militância operária e a sua identidade racial. Encontramos esse fato na tese de doutorado de Pedro Faria Cazes, intitulada *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*.

O caso foi o seguinte: o Comitê de Agitação e a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) organizaram manifestações e comícios Contra a Carestia de vida, em 1913. A agitação de militantes, operários e sindicalistas foi intensa, de forma que a grande imprensa se viu na “obrigação” de realizar a cobertura dessa grande movimentação. O fato foi relatado em uma publicação no jornal da grande imprensa chamado *Careta*, em 15 de março de 1913 (Cazes, 2020, p. 167-168). Num dos comícios contra a carestia de vida, realizado no bairro do Catumbi, no dia 09 de março do mesmo ano, houve uma confusão que interrompeu as falas: um militante estava realizando seu discurso quando a polícia o impediu de falar porque ele era negro, situação na qual os policiais deixaram explícito o motivo racista da interrupção. O orador impedido de falar foi justamente Cândido Costa e o jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, publicou apenas uma pequena nota sobre o caso (*A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, n. 27, 1913, p. 1), sem citar o nome do militante e sem denunciar o caso de discriminação racial (Cazes, 2020, p. 168). Apesar de fazermos uma ressalva às afirmações de Pedro Cazes¹⁵, este pesquisador foi preciso e correto ao afirmar que as denúncias de discriminação racial foram poucas – algo que acrescentamos o fato de que elas não tinham o caráter combativo ou condenatório que possuímos em nossa concepção e lutas antirracistas atuais. De toda forma, além de evidenciar

essa omissão sobre a discriminação racial feita pela polícia, o trabalho de Pedro Cazes também nos trouxe algo bem importante: um recorte (Cazes, 2020, p. 167) de página da revista *Careta*, de 15 de março de 1913, que publicou em impresso a interrupção da fala de Cândido Costa por motivos racistas. Essa imagem nos permite cruzar características físicas presentes na foto com outras fotografias da época – o que nos ajuda a termos, ao menos, noção de como Cândido Costa era fisicamente. Acreditamos ser possível (mas sem certeza, devido à falta de informações concretas e à qualidade das imagens) que o homem fotografado na imagem 1 seja o homem sentado na terceira cadeira da última fila do lado direito da imagem 2. As duas imagens serão anexadas no final deste trabalho.

Considerações Finais

Os exemplos de Eustáquio Marinho, do escritor Lima Barreto, de Domingos Passos e de Cândido Costa são interessantíssimos para pensarmos a história da classe operária urbana brasileira. Eles eram brasileiros e não eram brancos e acreditamos que esses são aspectos, características, marcadores sociais importantes (nacionalidade e raça) para nos ajudar a compreender melhor a própria totalidade e história social brasileira.

Esses rápidos dados biográficos desses quatro anarquistas nos ajudam a analisarmos a história do trabalho e do movimento operário urbano da Primeira República a partir de uma ótica que percebe exemplo de brasileiros/as que realizaram lutas radicais por direitos e melhorias para a sua classe. Apesar de não termos focado em questões mais diversas, as histórias desses anarquistas “de cor” que foram contadas aqui nos ajuda também a questionar uma possível interpretação de “inferioridade” do operariado brasileiro comparado ao europeu, questões que podem entender a formação da classe operária brasileira como “atrasada” por suas características e relações de trabalho “pré-capitalistas” e, portanto, algo que naturalmente levou à preponderância anarquista no movimento operário (Sodré, 1966, p. 355); ou coisas como entender que se os Estados europeus (e os EUA também) eram países de primeiro mundo, com seu avanço do desenvolvimento industrial e das relações de trabalho, então seu operariado possuía saberes, características, ideologia e movimento “superior” ou mais avançado necessariamente por tal “superioridade” ou “avanço” civilizatório.

A noção de passividade investida pelas classes dominantes com o objetivo de

cooptar o movimento operário e sindical tentava apagar a própria história, silenciando um passado que, mesmo durante a própria escravidão, foi palco de resistências e lutas como os Quilombos, a Confederação dos Cariris, os movimentos abolicionistas, etc. O fato é que existiram lideranças operárias e anarquistas de origem brasileira e não brancas que foram tão ativas, intelectualizadas e radicais quanto as imigrantes, assim como uma figura tão importante para a literatura nacional como Lima Barreto ligada ao anarquismo e ao movimento operário urbano do Rio de Janeiro.

Referências

A VOZ DO TRABALHADOR. Rio de Janeiro, n. 1-71, 1908-1915.

ARANTES, Marco. O príncipe de todos os santos – Lima Barreto e o anarquismo. *Verve* (Revista do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária, PPGCS, PUC-SP), São Paulo, n. 42, p. 92-124, 2022. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/61823> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

ARAÚJO, Fabiana N. da Silva & OLIVEIRA, Thiago Duarte de. Ideais anarquistas de Lima Barreto na obra Recordações do escrivão Isaías Caminha. *Alabastro* (Revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo), São Paulo, ano 1, Vol. 1, n. 1, p. 12-28, 2013. Disponível em: < <https://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php?journal=alabastro&page=article&op=vi ew&path%5B%5D=2> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, Vol. 9, n. 3, 2017, p. 211-227. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5922> >. Acesso em: 11 de nov. de 2024.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. “Anarquista, um profissional do crime”: uma aproximação entre as concepções lombrosianas sobre o anarquismo e os discursos do deputado Adolpho Gordó sobre as leis de expulsão de estrangeiros (1907/1913). *Revista História e Cultura*, Franca, Vol. 5, n. 3, dez. 2016, p. 25-47. Disponível em: < <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1872> >. Acesso em: 11 de nov. de 2024.

BEZERRA, Jane Mary Cunha. *Lima Barreto: anarquismo, antipatriotismo, forma literária*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza- CE, 2010.

BRITO, Edson Machado de. Clevelândia do Norte (Oiapoque): Tensões sociais e desterro na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. *Revista Escritas* (Curso de História UFT), Araguaína, Tocantins, Vol. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: <

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1285> >.
Acesso em: 03 de abr. de 2024.

CAZES, Pedro Faria. *Os libertários do Rio: visões do Brasil e dilemas da auto-organização na imprensa anarquista da Primeira República*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 336 f., 2020.

CORRÊA, Felipe. Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis. *ITHA* (Instituto de Teoria e História Anarquista), 2012, p. 1-44.

Disponível em: < <https://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/10/felipe-correa-anarquismo-e-sindicalismo-revolucionario/> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

CORRÊA, Felipe. *Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*. Editora Prismas: Curitiba, PR, 2015.

COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 1. ed. (Coleção Cultura Negra e Identidades). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ERVIN, Lorenzo Kom'boa. *Anarquismo e Revolução Negra e outros textos do Anarquismo Negro*. Coletivo Editorial Singuilar, 2015.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Negro e vermelho: a trajetória militante de Eustáquio Marinho. *Instituto de Estudos Libertários*, 2020. Disponível em: < <https://ielibertarios.wordpress.com/2020/12/14/negro-e-vermelho-a-trajetoria-militante-de-eustaquio-marinho-por-luciano-guimaraes-para-download/> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Anarquia na Bahia (1920-1922) – militância, repressão e circulação geográfica na trajetória de Eustáquio Marinho. *Revista Crítica Histórica* (PPGH, UFAL), Maceió, Alagoas, ano 11, n. 21, p. 93-126, 2020. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/10237> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Negros e vermelhos: classe, raça e anarquismo no pós-abolição da Bahia (1920-1922). *Revista Espaço Acadêmico* (DCS, UEM), Maringá, Paraná, Vol. 22, n. 234, p. 73-84, 2022. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/61387> >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

GUIMARÃES, Luciano de Moura. Quem foi Eustáquio Marinho? Repressão, circulação geográfica e trânsito ideológico na trajetória de um militante operário (quase) anônimo (1918-1922). In: 16º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Salvador, Bahia. *Anais eletrônicos* [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: <https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=22 >. Acesso em: 02 de abr. de 2024.

HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil:*

Documentos (1889-1930). Vol. I – O Movimento Operário. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

HALL, Michael M. & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil: Documentos (1889-1930). Vol. II – Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado*. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

KNEVITZ, Maurício Moroso. O movimento operário entre a reforma e a revolução: debates no Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906). *Revista Ars Historica* (revista eletrônica discente do PPGHIS-UFRJ), Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 19, p. 86-106, 2020. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/view/46752> >. Acesso em: 04 de abr. de 2024.

LONER, Beatriz Ana. O IV congresso operário gaúcho e o acaso do movimento anarquista no Rio Grande do Sul. *Patrimônio e Memória*, revista eletrônica do CEDAP (Departamento de História/Cedap/UNESP), Assis, São Paulo, Vol. 7, n. 2, p. 176-203, 2011. Disponível em: < <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/192> >. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

MORAES, Wallace dos Santos de. Crítica à Estadolatria: contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. *Revista Teoliterária*, Vol. 10, n. 21, 2020, p. 54-78. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/teoliteraria/article/view/49502/33244> >. Acesso em: 04 de abr. de 2024.

RAMOS, Renato & SAMIS, Alexandre. *Domingos Passos: O “Bakunin Brasileiro”*. Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: < https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/07/domingos_passos.pdf >. Acesso em: 03 de abr. 2024.

RODRIGUES, Edgar. *O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

TOLEDO, Edilene. *Perseu: História, Memória e Política* (Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo), ano 7, n. 10, 2013. Disponível em: < <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/71> >. Acesso em: 04 de abr. de 2024. Anexos

Imagem 1 – Página da revista Careta, de 15 de março de 1913, que trata sobre uma manifestação Contra a Carestia da Vida na qual Cândido Costa discursava.



Nota: Hemeroteca Digital.

Fonte: Careta, 15/03/1913. Citado por: Cazes, 2020, p. 167.

Imagem 2 – Primeiro Congresso Operário, Rio de Janeiro, 1906.



Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, 1906 (IISG).

Nota: Imagem fotografada do livro a seguir. Fonte: Hall & Pinheiro, 1979, anexos.

Aceito para publicação em 24/11/2024

Editor(a) responsável: Ana Luiza Mendes Veríssimo

¹ “Dos ergastulos industriaes. A exploração nas fabricas de tecidos. Na Villa Isabel”. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 4, 15 de ago. de 1908, p. 2.

² Colocamos aspas em “trouxeram” porque existem detalhes sobre o caso. O socialismo, seja o autoritário ou o libertário, já ecoava pelo Brasil através de livros, livretos, periódicos, discussões entre pessoas letradas, etc. Um relato de 1906, do italiano Alceste De Ambris, informa que as ideias socialistas se espalharam em São Paulo através de militantes de origem italiana. No entanto, foi um carioca mulato (negro) chamado Luiz da França e Silva que encabeçou o Primeiro Congresso Socialista no Brasil, em 1890 – mas que não deu tão certo. (HALL; PINHEIRO, 1979, p.35) A questão é que isso nos indica que, apesar do “protagonismo” inicial dos imigrantes europeus, brasileiros – inclusive negros, na época recém- libertos da escravidão ou filhos/as de libertos/as – também estiveram nas linhas de frente das lutas e difusão das ideias socialistas autoritárias ou libertárias. Por mais que a história “demonstre” que nesse período inicial da Primeira República, durante a formação da classe operária nacional, os imigrantes tenha sido majoritários de alguma forma, nos parece ser estranho que a história do movimento operário nacional seja contada apenas através da história do trabalhador imigrante europeu e branco. Não é possível que entre aqueles/as que estudam o movimento operário não se fale das figuras do nosso povo, dos negros, dos mestiços, dos operários brasileiros. Não queremos afirmar que essa história vem sendo contada numa perspectiva eurocêntrica – ou até, como nós diríamos numa conversa informal, através de uma visão com complexo de inferioridade (onde os brasileiros/as contam a história e a reproduzem aceitando e concordando, conscientemente ou não, uma condição de inferioridade em relação aos países colonizadores). Não estamos afirmando isso – e nem desejamos, sinceramente, que isso venha ocorrendo. Por outro lado, faremos nossa parte: (re)lembraremos aqui 4 nomes de militantes operários anarquistas importantes que não eram nem europeus e nem brancos.

³³ “Para atingir a meta proposta, debruçar-nos-emos sobre a experiência singular de um sindicato de trabalhadores da construção civil de Salvador, de maioria negra e afrodescendente, que entre 1920 e 1922 adotou a estratégia sindicalista revolucionária, animada por ideais e militantes anarquistas, com vistas a fazer eclodir uma revolução social no Brasil. Tal intenção reveste-se de relevância, uma vez que a historiografia do trabalho brasileira usualmente referiu-se aos ‘operários nacionais, brancos, negros ou pardos [...] como abertos a práticas paternalistas ou clientelistas, mais passivos, moderados, e pouco inclinados a seguir o slogan de que a emancipação operária era obra dos próprios trabalhadores’ (CRUZ, 2010, p. 114).” (Guimarães, 2022, p. 76)

⁴ Na Primeira República, existiram diversos/as militantes de diferentes correntes ou vertentes do anarquismo. No entanto, podemos reunir essas diferentes perspectivas do anarquismo no Brasil e dividi-las, organizá-las em dois grandes grupos: os organizacionistas – que defendiam o anarquismo de massas, o sindicalismo revolucionário, a criação de organizações de trabalhadores/as, educacionais, culturais, etc – e os antiorganizacionistas – aqueles/as que eram contra os sindicatos e às organizações de massa, etc. Entre os primeiros, podemos reunir os anarco-sindicalistas, anarco-comunistas, etc; entre os segundos estão, principalmente, o que hoje conhecemos como anarco-individualistas. Para esse debate, que já vem sendo realizado por autores como o historiador Alexandre Samis, ver: Corrêa, 2012.

⁵ “Nasceu em 13 de Maio de 1881, Afonso Henriques de Lima Barreto, neto de uma negra escrava liberta e de um português que nunca reconheceu seu pai, sua mãe também era mulata. Lima nasceu sobre um ‘signo ruim’, numa sexta-feira 13 no dia de Nossa Senhora dos Martírios, assim, continua BASTOS (2010), ‘o martírio de Lima parece advir mais da época e local de nascimento (a retrógrada sociedade brasileira de fins do século 19) que da data supostamente agourenta em que por acaso se deu’.” (Araújo & Oliveira, 2013, p. 17)

⁶ Mestiça de pessoa negra e pessoa branca. Observação: temos noção da problemática que envolve a utilização do termo “mulato/a”. Entretanto, estamos usando o termo entre parênteses para lembrarmos que essa palavra era utilizada na identificação dessa mestiçagem específica e para certo padrão fenotípico “mulato” (de características físicas/corporais, como tom de pele e traços faciais).

⁷ “No Brasil, chegado o século XX, o anarquismo se fortaleceu, ganhando um número grande de adeptos e simpatizantes, principalmente na imprensa e entre alguns escritores. Surgiram então, duas tendências anarquistas entre os brasileiros: um grupo mais numeroso, influenciado pelas ideias de Kropotkin, Reclus, Malatesta, entre outros, tendo em Neno Vasco, Benjamim Mota e Fábio Luz os maiores divulgadores e adeptos das ideias de revolução social, abolição do Estado e da propriedade privada no Brasil, sendo o sindicalismo sua arma de luta. O outro grupo diferenciava-se do primeiro por seu exacerbado individualismo, baseado principalmente nas ideias de Max Stirner. Esse grupo,

além de pregar a abolição do Estado, levantava uma bandeira contra qualquer forma de organização que não fosse espontânea, ou seja, que pudesse comprometer a liberdade de qualquer indivíduo.” (Bezerra, 2010, p. 11-12)

⁸ “Lima Barreto sempre esteve preocupado com questões sociais [...]. Repare-se como elenca alguns anarquistas. Decerto os julgava indispensáveis para uma análise dos problemas da sociedade. Os anarquistas estavam em alta nesse período e eram os principais articuladores do movimento operário do Brasil.” (Bezerra, 2010, p. 24)

⁹ “Mas qual era a natureza de sua participação nos círculos libertários? Sabe-se que o escritor nunca preencheu um boletim de adesão ou formulário impresso que selasse um laço formal a um partido político. Se se entende por militante um membro, que participa ativamente das reuniões e apoia a propaganda anarquista, ele não se encaixa neste perfil. Ele se encaixa na figura vaga e complexa do simpatizante, manifestando em seus escritos um teor indireto e às vezes direto de propaganda libertária. Pode-se dizer que a sua participação no anarquismo é embrionária e distendida dos laços oficiais e compromissos regulares, e que se distingue de uma adesão formal de um operário anarquista militante. Além disso, não há informações que mostrem a sua participação em campanhas eleitorais ou participações em reuniões com sindicalistas ou dirigentes de partidos. ‘Nunca me meti em política [...] eu sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos’ (Barreto, 1956c, p. 58).” (Arantes, 2022, p. 99)

¹⁰ “Em Lima Barreto, por exemplo, talvez movido pelo entusiasmo inicial com os comunistas bolcheviques, percebem-se assimilações confusas no campo das ideias que marcaram este momento inicial do impacto da Revolução Russa na Imprensa Libertária. Um bom exemplo é a apropriação do termo maximalismo, que é uma das traduções para o português do termo bolchevismo. Maximalismo, maximistas ou bolchevismo significam as mesmas coisas, ou seja, aderir ao programa máximo do partido. ‘Bolche significa máximo e Menche quer dizer mínimo, assim como Viki corresponde à nossa terminação ismo. Portanto, a tradução de Bolcheviki é Maximismo e a de Mencheviki é Minimismo. Maximistas são os adeptos do programa máximo do partido socialista, e minimistas são os partidários do programa mínimo. Maximalismo, Bolshevikismo, etc. são idiotismos que tiveram origem na tradução do idioma russo para o inglês e deste para o português’ (Leuenroth; Hélio, 2017, p. 19).” (Arantes, 2022, p. 95) ¹¹Afirmamos mestiço, apesar de socialmente ser lido como negro, por dois motivos: (1) a foto que encontramos na internet é de quando ele foi preso (aquela fotografia com a pessoa de frente para câmera, e outra fotografia com a pessoa de “perfil”, com o rosto e o corpo de lado). Na imagem fica “evidente” para nós, hoje, que ele é um homem negro (a cor da pele, o fenótipo, as características físicas, etc). Entretanto, – e acreditamos que é importante destacarmos isso – existem relatos que tratam sobre Domingos Passos enquanto neto de indígenas (Ramos & Samis, 2009). Então, existe a possibilidade de Domingos Passos ser o que, num passado não tão distante, se nomeou de “cafuzo” – mestiço de ascendência indígena e negra.

¹² “Não foi à toa que Domingos Passos ganhou de seus contemporâneos a alcunha de ‘Bakunin Brasileiro’. Poucos como ele se entregaram de tal forma ao Ideal e sofreram tanto as consequências dessa dedicação à luta pela emancipação dos homens e mulheres. Durante apenas uma década, em grande parte passada nas prisões e nas selvas tropicais, Passos tornou-se a grande referência de militância libertária e social de seu tempo... e do nosso também!” (Ramos & Samis, 2009, p. 9)

¹³ Associações de resistência eram aquelas mais “radicais” ou que seguiam a estratégia/tendência do sindicalismo revolucionário. Diferente destas, existiam as associações e sindicatos “amarelos” ou colaboracionistas – que se propunham a “colaborar” com o Estado e ser tutelado por ele e seus representantes.

¹⁴ A IWA-AIT (Internacional Workers Association, ou Asociación Internacional de los Trabajadores) é uma organização de orientação anarquista (anarco-sindicalista) que existe até hoje. Foi fundada em 1922, em Berlim, e reivindica as resoluções e princípios antiautoritários (distantes das propostas de Marx) da Primeira Internacional.

¹⁵ Fazemos aqui essa pequena ressalva à seguinte passagem específica do trabalho de Pedro Faria Cazes: “A ânsia de evitar o fortalecimento de divisões étnico-raciais pode explicar, em parte, a pouquíssima atenção dedicada à denúncia de situações de discriminação racial na imprensa anarquista. Nos 185 números de periódicos libertários analisados por nós, encontramos apenas 5 textos que descrevem ou apontam situações de discriminação racial no Brasil. **Como a crítica das desigualdades raciais não tinha lugar no discurso político dos libertários**, é apenas na ocorrência dessas situações de discriminação racial, apresentadas quase sempre de forma pontual, que a imprensa anarquista reconhece a existência do preconceito racial e da discriminação como problemas sociais específicos” (Cazes, 2020, p. 172, grifos nossos). Definitivamente, nossa ressalva não está direcionada à afirmação correta de que as denúncias de discriminação racial foram poucas e que elas não tinham o caráter combativo ou condenatório que possuímos em nossa concepção e lutas antirracistas atuais. Nossa ressalva é que, mesmo que as denúncias de discriminação tenham sido poucas, “para o bem ou para o mal”, a questão racial (como um todo, não se tratando apenas de denúncias de discriminação racial) se

fez presente em mais do que 5 textos – e isso só no jornal *A Voz do Trabalhador*. Fazemos esse apontamento porque, por um lado, esses “mais de 5 textos” são justamente o nosso material de trabalho, nossa fonte de pesquisa na escrita de dissertação em andamento; e, por outro lado, talvez essa diferença numérica entre nossos trabalhos – sobre “questões raciais” – se dê porque nosso foco foi muito mais ligado à questão racial como um todo (mais amplo, que envolve mais questões e estruturas) do que literalmente às denúncias de discriminação racial. Afirmar que “a crítica das desigualdades raciais não tinha lugar no discurso político dos libertários” é totalizar todos os libertários e seus discursos políticos, esquecendo-se, inclusive, dos anarquistas negros ou reduzindo a influência das condições e o contexto histórico do Brasil na Primeira República.
